

Apreciação pública sobre a Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Dr. Flávio Soares

Venho por este meio manifestar a minha oposição à iniciativa em apreciação.

É do conhecimento comum e validado por dados científicos que atualmente vivemos numa crise ecológica global em que não estamos a conseguir equilibrar o crescimento económico com a conservação da Natureza, da qual depende a nossa própria sobrevivência. Uma das partes mais visíveis desta crise é a galopante perda de biodiversidade.

O ser humano não pode continuar a ser a única medida de todas as coisas. Nesta era do Antropoceno e “Egoceno” esquecemo-nos de observar o funcionamento de todos os outros seres vivos que partilham connosco o Planeta há dezenas de milhões de anos.

Precisamos de uma redefinição do conceito de progresso e até de identidade humana que não seja baseada exclusivamente em indicadores de crescimento económico e materiais como o PIB, mesmo que à custa da extinção de outras espécies e com grandes sacrifícios de uma parte da população humana.

Precisamos urgentemente de uma perspetiva de gestão de recursos a longo prazo, com meios humanos, materiais e tecnológicos, apoiados na melhor ciência e educação.

Precisamos urgentemente de decisões políticas baseadas em princípios éticos e que tenham em conta a justiça intergeracional.

Precisamos que os desafios económicos e sociais não continuem a ser resolvidos à custa da delapidação da Natureza e em oposição à Natureza.

Precisamos de bons exemplos, de coragem política e de esperança no futuro.

No sistema ecológico global sabemos que o Oceano desempenha um papel fundamental como regulador da temperatura do planeta. Nunca, como hoje, precisamos tanto de nos unirmos na proteção do Oceano e, cada país, cada região e cada pessoa tem um papel nessa missão.

Os Açores, uma pequena região insular do Atlântico Norte tem dado, ao longo de décadas, bons exemplos ao país, à Europa e ao Mundo na proteção do seu Mar.

O mais recente exemplo foi a aprovação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas em outubro de 2024, momento de que todos nós, quero acreditar, nos orgulhamos.

Esta rede permite cumprir objetivos, metas e compromissos internacionais na área da conservação da Natureza e foi co-criada com representantes dos principais utilizadores do mar dos Açores. A RAMPA também prevê uma abordagem adaptativa da estratégia da rede, permitindo a integração de novos dados e a sua reavaliação periódica.

Permitir qualquer atividade extrativa (neste caso a pesca de atum) nas áreas marinhas protegidas com nível de proteção total conduzirá à desclassificação destas áreas, dado que a extração de recursos não é compatível com este grau de proteção segundo os critérios internacionais da União Internacional para a conservação da Natureza (IUCN) e do Guia das Áreas Marinhas Protegidas. Esta desclassificação teria também consequências ao nível do cumprimento das metas de proteção total (passaríamos de 15% para 0%) e abre a porta a futuras exceções, o que tornaria o processo de gestão, regulamentação e fiscalização muito mais difíceis de implementar e os resultados os benefícios da conservação muito menores e mais lentos. A aprovação desta iniciativa terá também graves consequências reputacionais para os

Açores a nível internacional e perante a República, quando urge consolidar a nossa Autonomia e maturidade na gestão do nosso Mar.

As Áreas Marinhas Protegidas são a melhor ferramenta para proteger e restaurar o Oceano. As reservas marinhas permitem que o Oceano recupere efetivamente e de uma forma mais célere.

Estudos científicos recentes demonstram que, em dezenas de países onde foram implementadas áreas marinhas, não se registou um decréscimo das capturas. Por outro lado, a sua implementação resultou, na maioria dos casos, em benefícios para a pesca comercial, com aumento de capturas e do tamanho dos indivíduos, tal como o aumento de reprodução, dentro e fora das áreas.

Esta proteção não só beneficiará a natureza, como as pessoas e a economia. Um oceano saudável aliado à investigação científica, à reestruturação do setor da pesca, aos investimentos que estão a ser feitos no âmbito do PRR e à literacia poderá gerar oportunidades económicas para a Região Autónoma dos Açores e poderá garantir um futuro mais sustentável e próspero.

Precisamos urgentemente de combater a crise demográfica que assola a maioria das nossas ilhas e estas oportunidades poderão gerar empregos azuis e atrair os nossos jovens.

A pesca artesanal e as comunidades costeiras não podem ser esquecidas e por isso o peixe proveniente de um Mar saudável e pescado com artes seletivas deverá ser muito mais valorizado. Todo o setor das pescas tem de ser dignificado, profissionalizado e modernizado e os pescadores têm de ser também aliados desta estratégia de colocar o Mar na lista de prioridades da agenda política.

Aproveito também para apelar aos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas para que sejam incluídos conteúdos de literacia marinha em todos os currículos escolares de todos os níveis de ensino na RAA.

O Mar é o principal ativo dos Açores. Numa época de grandes retrocessos apelo a um espírito de unidade regional. E que elemento poderá ser mais unificador do que o Mar?

Com os melhores cumprimentos,

Ana Monteiro, 22 de Abril de 2025.